

Cúpula Mundial de Bacias 2026 Relatório do Painel de Alto Nível

Sessão de alto nível em preparação para o Diálogo Interativo (d) “Água para a Cooperação” da Conferência da ONU sobre a Água de 2026: intercâmbios entre pares para capacitação em gestão de bacias hidrográficas



16 a 19 de junho de 2026, Rio de Janeiro, Brasil

Relatório da sessão



Introdução: Definindo o quadro de cooperação hídrica para a Conferência da ONU sobre Água de 2026

O painel de alto nível reunido na Cúpula Mundial de Bacias fez parte do processo preparatório para a Conferência da ONU sobre a Água de 2026, especificamente do Diálogo Interativo (d) sobre “Água para a Cooperação”.

O Sr. Antti Rautavaara, Enviado Especial para a Água da Finlândia, que co-presidiu o Diálogo Interativo (d) juntamente com a Zâmbia, enfatizou uma mudança estratégica: a cooperação hídrica deve evoluir de um domínio predominantemente técnico para um sistema global estruturado e baseado em regras, com prioridade política, fundamentado na ciência e na governança inclusiva. Essa ambição é concretizada por meio de um “Roteiro de Dakar aos Emirados Árabes Unidos”, estruturado em torno de quatro pilares:

1. Fortalecimento dos marcos legais e institucionais, notadamente por meio de uma maior adesão às Convenções da ONU sobre Água
2. Construir confiança por meio de dados e cooperação científica
3. Promoção de uma governança inclusiva e participativa
4. Promoção da integração intersetorial no nexo água-energia-alimentos-ecossistemas

A cooperação em nível de bacia, facilitada por organismos de bacia capacitados, é fundamental para garantir a segurança hídrica, a resiliência climática e a estabilidade regional. Ao mesmo tempo, prioridades emergentes, como a governança das águas subterrâneas, a interoperabilidade de dados e o financiamento inovador, exigem atenção urgente.

Foi introduzida uma distinção conceitual adicional entre cooperação hídrica e diplomacia hídrica: enquanto a primeira opera dentro de acordos estabelecidos, a segunda serve como ferramenta política para prevenir e resolver tensões onde faltam estruturas de cooperação.

Resumo temático dos debates do painel

1. Elevando a cooperação em bacias a uma prioridade política

Todos os participantes do painel destacaram a necessidade de elevar a cooperação em nível de bacia de uma questão técnica a uma prioridade política central, ligada à segurança, ao desenvolvimento sustentável e à resiliência climática.

O Cazaquistão enfatizou a importância da água para a segurança hídrica e a estabilidade regional, destacando a cooperação em bacias como um pilar da diplomacia e da construção de confiança. Da mesma forma, Gana ressaltou que a cooperação hídrica deve ser tratada como uma prioridade para a construção da paz e a adaptação climática, exigindo compromisso político de alto nível e financiamento.

O Brasil e o Peru apresentaram a gestão de bacias como uma abordagem central de governança, integrando a política hídrica às estratégias de desenvolvimento e climáticas. O Brasil destacou a ampla cooperação em bacias, tanto no âmbito nacional quanto transfronteiriço, enquanto o Peru enfatizou os conselhos de bacias como plataformas para a governança participativa e a resiliência climática.

De uma perspectiva europeia, tanto a Comissão Europeia quanto a França enfatizaram a importância da liderança política, incluindo o envolvimento no nível dos chefes de Estado, para integrar a questão da água em agendas mais amplas de desenvolvimento e investimento.

De modo geral, os participantes do painel concordaram que a Conferência da ONU sobre a Água de 2026 representa um momento político crucial para elevar a cooperação hídrica na agenda global e para consolidá-la em processos multilaterais mais amplos.

2. O Papel Central dos Organismos de Bacia

Os organismos de bacia surgiram como plataformas institucionais fundamentais para transformar compromissos políticos em ação.

Os participantes do painel destacaram que os organismos de bacia oferecem espaços neutros para o diálogo entre os países ribeirinhos, possibilitam o planejamento e a tomada de decisões em conjunto, apoiam a implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) e facilitam a adaptação às mudanças climáticas em uma escala hidrológica adequada.

A Comissão do Rio Mekong e a experiência da Organização para o Desenvolvimento do Rio Senegal foram citadas como exemplos de como as instituições de bacia podem funcionar como centros de conhecimento e

plataformas para a diplomacia hídrica, sustentando a confiança e a cooperação de longo prazo. O Brasil também enfatizou que os comitês em nível de bacia são essenciais para a governança no terreno e para a cooperação entre vizinhos. No entanto, muitos palestrantes ressaltaram que os organismos de bacia enfrentam desafios persistentes, incluindo: financiamento insuficiente e instável, capacidade técnica limitada, mandatos institucionais fragmentados... O fortalecimento dos organismos de bacia foi, portanto, identificado como uma prioridade para alcançar resultados tangíveis.

3. Compartilhamento de conhecimento, dados e cooperação entre pares

Um tema central da discussão foi a importância da troca de conhecimento, da aprendizagem entre pares e das parcerias para fortalecer as capacidades de gestão das bacias e a inovação.

Os participantes do painel destacaram consistentemente:

- O valor das trocas entre pares (P2P) e das iniciativas de geminação
- O papel da aprendizagem prática e baseada na experiência
- A importância de adaptar as soluções aos contextos locais

Gana, Peru, Espanha e a Comissão Europeia enfatizaram que tais intercâmbios ajudam a acelerar a aprendizagem, melhorar as capacidades de planejamento e possibilitar a rápida adoção de abordagens comprovadas. A Comissão do Rio Mekong defendeu que o intercâmbio de conhecimento não é unidirecional, mas um processo de troca mútua.

A cooperação em matéria de dados e ciência também foi repetidamente destacada:

- Sistemas conjuntos de monitoramento e compartilhamento de dados geram confiança
- A digitalização e os dados em tempo real melhoram a tomada de decisões
- Metodologias harmonizadas apoiam a coerência em toda a bacia

Os dados devem ser tratados como um bem público global, combinados com o conhecimento local e indígena para apoiar a tomada de decisões inclusiva e baseada em evidências. Gana e o Cazaquistão destacaram que o principal desafio é estabelecer a interoperabilidade digital para permitir que diferentes bancos de dados e sistemas de monitoramento hidrometeorológico “se comuniquem” efetivamente entre si, visando a tomada de decisões transfronteiriças em tempo real.

4. Lacunas de financiamento e investimento

Uma importante questão transversal foi a significativa lacuna de financiamento no setor hídrico. Os participantes do painel identificaram vários pontos-chave:

- O financiamento público, por si só, é insuficiente para atender às necessidades de investimento

- É necessário mobilizar o envolvimento do setor privado
- Mecanismos inovadores, incluindo financiamento misto e financiamento climático, devem ser ampliados

A Comissão Europeia destacou os compromissos de investimento em andamento, mas ressaltou que a participação do setor privado continua limitada e deve aumentar significativamente.

A França enfatizou a necessidade de vincular mais fortemente a água ao planejamento do desenvolvimento econômico por meio de plataformas nacionais, enquanto Gana ressaltou que defenderá, na Conferência da ONU sobre a Água de 2026, um compromisso político mais firme e maior apoio financeiro às organizações regionais de bacias. De modo geral, o financiamento foi visto não apenas como uma questão de recursos, mas também como um desafio de governança e cooperação, em que uma melhor coordenação pode viabilizar investimentos.

5. Temas emergentes: Mudanças Climáticas, Águas Subterrâneas e Abordagens Integradas

Os impactos das mudanças climáticas, incluindo inundações, secas e recuo das geleiras, foram destacados como principais fatores para o fortalecimento da cooperação. Os participantes do painel enfatizaram a necessidade da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), de soluções baseadas na natureza, da restauração de bacias e da melhoria dos sistemas de gestão de riscos e de alerta precoce

As águas subterrâneas surgiram como uma área crítica, mas pouco desenvolvida, na cooperação transfronteiriça, exigindo maior atenção nos marcos normativos e nas instituições.

Por fim, a importância das abordagens intersectoriais, que vinculam a água à agricultura, à energia, aos ecossistemas e ao desenvolvimento urbano, foi amplamente reconhecida como essencial para uma gestão eficaz e sustentável.

6. Inclusão, Governança e Diplomacia da Água

A governança inclusiva foi identificada como um pré-requisito para uma cooperação duradoura. Os participantes do painel enfatizaram:

- Participação das comunidades locais, das mulheres e dos grupos vulneráveis
- Envolvimento do setor privado e da sociedade civil
- Governança em múltiplos níveis, conectando atores locais, nacionais e transfronteiriços
- A inclusão deve ir além da consulta e chegar à co-liderança, incorporando a equidade nas estruturas de governança.

O fortalecimento dos conselhos locais de bacias e a criação de estruturas de governança compartilhada entre estados, municípios e usuários são considerados

vitais para garantir a sustentabilidade de longo prazo e a continuidade operacional dos sistemas hídricos.

A diplomacia hídrica também foi destacada como uma ferramenta importante, especialmente em contextos em que as estruturas de cooperação são fracas ou contestadas. Os participantes do painel observaram que a construção de confiança, o diálogo sustentado e o conhecimento compartilhado são essenciais para prevenir conflitos e possibilitar a cooperação.

Conclusão

O painel de discussão demonstrou forte alinhamento entre países e instituições quanto à importância da cooperação hídrica como prioridade política global.

As principais conclusões incluem:

1. **A cooperação hídrica é um meio para alcançar objetivos mais amplos:** ela sustenta a resiliência climática, a paz, a segurança alimentar e energética e o desenvolvimento sustentável.
2. **A cooperação em nível de bacia é fundamental para a implementação:** os organismos de bacia desempenham um papel crítico, mas precisam de mandatos, financiamento e capacidades reforçados.
3. **A liderança política é essencial:** elevar a questão da água ao mais alto nível político, incluindo chefes de Estado, é necessário para impulsionar o progresso.
4. **A aprendizagem entre pares e a troca de conhecimentos geram valor tangível:** iniciativas entre pares e mecanismos de geminação são ferramentas eficazes para o desenvolvimento de capacidades e a inovação.
5. **O financiamento continua sendo um grande gargalo:** ampliar os investimentos, públicos e privados, é crucial, juntamente com a melhoria das estruturas de governança.
6. **Dados, ciência e digitalização são facilitadores-chave:** sistemas de dados compartilhados e soluções tecnológicas podem gerar confiança e melhorar a tomada de decisões.
7. **A governança inclusiva fortalece a cooperação:** a participação significativa de todas as partes interessadas é essencial para a sustentabilidade a longo prazo.
8. **A Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026 é um marco crucial:** ela oferece uma oportunidade única para demonstrar progresso, garantir novos compromissos e promover um sistema global mais estruturado para a cooperação hídrica.

Em conclusão, a discussão destacou que, embora os desafios continuem significativos, as ferramentas, as experiências e o impulso político necessários para avançar na cooperação hídrica já estão disponíveis. A tarefa que temos pela frente é traduzir esses elementos — incluindo o déficit de financiamento — em

compromissos concretos e resultados mensuráveis na Conferência da ONU sobre a Água de 2026 e além dela.



Créditos: RIOB e Fabiano Veneza/SEAS